

País não paga juros aos credores

Metade do que o País se comprometeu a honrar não está sendo paga desde o ano passado

ALCIDES FERREIRA

O governo brasileiro não paga os juros da dívida externa aos bancos privados desde meados do ano passado — no início de 1991, o País se comprometeu a honrar 30% do serviço de seu débito externo com os credores comerciais. O fato foi revelado pelo Faxpaper, boletim econômico da Agência Estado, na quarta-feira. O presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, reagiu imediatamente. Segundo ele, “o Brasil está honrando todos os seus compromissos rigorosamente”. A declaração de Gros ao Faxpaper não corresponde à realidade.

Após obter a informação do atraso nos pagamentos da dívida, a Agência Estado teve acesso a levantamento realizado por um banco europeu que está entre os maiores credores do

País e tem assento no comitê assessor dos bancos. O relatório sigiloso indica uma elevada inadimplência do País.

Dos 30% do serviço da dívida externa que o Brasil se comprometeu a honrar, cerca de 15% não está sendo pago. Esse calote de 15% refere-se ao serviço do débito do setor público, que corresponde à quase totalidade da dívida externa brasileira com os bancos credores, de cerca de US\$ 40 bilhões. Além da inadimplência de 15%, as estatais têm atrasado também o depósito dos cruzeiros no Banco Central relativos ao pagamento dos outros 70% do serviço da dívida, que só será quitado após um acordo com os credores.

A moratória branca não foi revelada pelos bancos para não atrapalhar as negociações e também porque não atinge todos os credores de maneira

uniforme. Segundo fontes ligadas à negociação, há bancos que estão recebendo integralmente os 30% e outros que preferem os atrasos a problemas de “ordem técnica” do Banco Central. De qualquer forma, a moratória branca aliada à forte desconfiança em relação ao comportamento da economia brasileira motivou a proposta dos bancos (alemães e americanos) de um acordo provisório com o País, até que a situação se estabilizasse. Gros não aceitou a idéia, que foi arquivada pelos banqueiros, mas não descartada.

O atraso se concentra principalmente na dívida dos Estados. O levantamento desse grande credor mostra que os contornos de crise cambial que o Brasil enfrentou no final do ano passado não criou esse quadro de inadimplência. Os atrasos começaram em julho

de 1991 e foram se agravando ao longo do ano com o aperto da recessão. A falta de dólares no Banco Central foi mais grave em setembro e outubro. A moratória branca está relacionada à situação de penúria por que passa o caixa da maioria das empresas e das Fazendas estaduais.

O relatório, quando trata da dívida externa de empresas privadas e de grandes estatais (como Petrobrás e Vale do Rio Doce), revela que 22% do serviço desse débito não foi pago. O atraso está, principalmente, entre as grandes concordatárias do País. Desde o início de 1991, as empresas privadas e as grandes estatais podem pagar sua dívida externa sem precisar de autorização do Banco Central. Nesse caso, os 22% não pagos se referem à totalidade dos juros e amortização — não existe o limite de 30%.